

# POSSIBILIDADES E RISCOS DO CRESCIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE\*

Maria das Graças de Menezes Venâncio Paiva\*\*

## 1. Revisão teórica sobre turismo; 2. O turismo – uma alternativa econômica para o Nordeste; 3. Conclusão.

Análise do crescimento do turismo na região Nordeste, confrontado com as condições de vida da população nativa. Revisão do pensamento teórico sobre turismo, bem como de toda a trajetória da intervenção programada do Estado incentivando a atividade. Necessidade premente de interferência do Estado, no sentido de que os resultados das atividades turísticas sejam distribuídos equitativamente e causem menos danos para a região como um todo.

### 1. Revisão teórica sobre turismo

Procurar-se-á inicialmente, neste trabalho, relacionar o pensamento teórico sobre turismo, identificando as principais abordagens existentes. Em seguida far-se-á uma análise do crescimento do turismo no Nordeste, estabelecendo uma ponte com o contexto sócio-econômico da região.

A abordagem econômica sobre turismo tem, na definição de Palomo, algumas das suas características básicas. Segundo esse autor, o turismo consiste no "ato que supõe deslocamento momentâneo, com a realização de gastos de renda, cujo objetivo principal é a obtenção de satisfação e serviços que são oferecidos através de uma atividade produtiva que implica investimentos prévios".<sup>1</sup>

A abordagem do turismo em termos econômicos<sup>2</sup> abrange análises sobre gastos dos turistas nos núcleos receptores, avaliações da rentabilidade privada *versus* rentabilidade social de projetos de investimentos e estudos que apontam as vantagens da exploração do turismo. Nessa perspectiva, o turismo envolve gastos na organização e na efetivação de viagens e requer um elenco de serviços (hospedagem, alimentação, transportes, agenciamento, entre outros) que acarretam investimentos prévios reduzidos em comparação ao fluxo de capital produzido e de rápi-

\*O artigo deriva de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) intitulada Avaliação dos efeitos econômicos e sociais do turismo em Natal, coordenada pela autora, com a participação do Prof. Bernardo Tetuo Takahashi (mestre em administração pela UFRN), consultoria da Prof.<sup>a</sup> Maria das Dores Costa (doutora em serviço social pela Tulaine University, USA), e da economista Sandra Lúcia Cavalcanti. Participaram da pesquisa os alunos da graduação de economia e administração: Gustavo A. França, Mylene Paiva Revoredo e Roberto de S. Cabral.

\*\*Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas; professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; especialista em turismo pela Sudene. (Endereço da autora: Rua Zacarias Monteiro – Parque das Serras, Bl. A/Apt<sup>o</sup> 603 – Morro Branco – 59.000 – Natal, RN.)

<sup>1</sup> Palomo, M. F. *Economia turística*. Tese de doutorado. Madrid, 1979.

<sup>2</sup> Ver a tese de doutoramento de João Maria do Carmo Lopes, *O turismo brasileiro: análise da permanência dos turistas brasileiros no exterior*. Rio de Janeiro, Empresa Brasileira de Turismo/Instituto de Pesquisas Econômicas/Universidade de São Paulo, 1983; ver também Wahabs, Solon. *Introdução à administração do turismo*. São Paulo, Pioneira, 1977.

do retorno, gerando efeitos diretos (sobre emprego e renda), multiplicadores (sobre outras atividades econômicas) e indiretos (ampliação da arrecadação).

A euforia dos países do Terceiro Mundo que dispunham de potencial turístico natural e cultural foi muito acentuada na década de sessenta e início dos anos setenta, arrefecendo com a crise do petróleo e a recessão econômica de 1974-75, quando algumas questões passaram a ser levantadas sobre as suas consequências desastrosas.

A crença de que o turismo é uma alternativa para o progresso de países terceromundistas ainda é muito grande. Admite-se que o turismo tem a capacidade de corrigir desequilíbrios regionais, de expandir as receitas a taxas superiores às exportações tradicionais e que os investimentos do setor precisam apenas de um curto período de maturação.<sup>3</sup>

Na verdade, em países subdesenvolvidos encontram-se muitos obstáculos à exploração do turismo: a inadequação e/ou a inexistência de infra-estrutura urbana e de turismo propriamente dita, e a baixa qualidade dos serviços oferecidos devido à desqualificação dos recursos humanos. Além disso, a recreação limita-se ao binômio sol e mar.

A abordagem que trata o turismo sob o ponto de vista sócio-cultural,<sup>4</sup> de um lado, exalta-o como elemento de compreensão e paz entre os povos e, de outro lado, alerta sobre os efeitos negativos do fenômeno turístico quanto às normas de comportamento social vigente; à impossibilidade de intercâmbio cultural entre população dos núcleos receptores *versus* turistas, devido à rapidez do contato; aos riscos de descaracterização da história e à aculturação, com a introdução de hábitos de consumo incompatíveis com a realidade local (efeito-demonstração); ao neocolonialismo, à prostituição, à violência e aos problemas de saúde pública.

Estudos que estabelecem a relação entre turismo e lazer enfatizam o primeiro como elemento dinâmico de desenvolvimento cultural, desempenhando funções essenciais nas estruturas físicas e psíquicas dos indivíduos, como o exercício de liberdade e criatividade e, a nível coletivo, como fator de integração social. No entanto, em contrapartida, a mercantilização do lazer via turismo, através da oferta de produtos massificantes, pode levar a recreação a se transformar em fator alienante e de desagregação social.

Uma preocupação manifestada nos estudos sobre turismo é com o ambiente ecológico, uma vez que o turismo tem um caráter predatório. Tal advertência tem sido constante em países desenvolvidos, onde há o respaldo da legislação e da consciência ecológica da população, e já começa a ser explicitada em trabalhos técnicos, notadamente planos urbanísticos e/ou de turismo, e por grupos que militam pelo meio ambiente. No entanto, nos países de capitalismo tardio é comum a inexistência de legislação específica ou, então, o desrespeito ao cumprimento das normas de ordenamento ambiental e de uso do solo devido à especulação imobiliária.

<sup>3</sup> Erbes, Robert. *International tourism and the economy of developing countries*. Paris, Organization for Economic Cooperation on Development, 1973.

<sup>4</sup> Ver, a respeito, Adelwabh Bouhdiba que, ao analisar o turismo de massa na Tunísia em artigo publicado em *O Correio da Unesco*, denuncia os efeitos do turismo sobre as normas de comportamento moral da sociedade tunisiana. Aquele autor é categórico em afirmar que para superar os naturais custos sociais, o turismo exige um tratamento diferenciado que deve ser fundamentado num sistema de informações e educação para a população nativa. (*O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, FGV, 9 (4), 1981.

ria, à ingerência de interesses e do poder e de outros fatores típicos das sociedades subdesenvolvidas.<sup>5</sup>

Após essas considerações, tornou-se evidente que o turismo é um fenômeno multissetorial; daí, qualquer intervenção no sentido de incrementá-lo ou esforços de analisá-lo deverão ocorrer a nível globalizante.

É interessante explicitar que a Organização Mundial de Turismo (OMT) manifestou a necessidade de se chegar a um maior conhecimento totalizante do turismo e de seus efeitos sociais, culturais e políticos, além dos econômicos. Para a OMT, a rentabilidade econômica não deve ser o único critério para determinar o estímulo do Estado ao setor, mas a concepção do seu desenvolvimento deve fundamentar-se nas facilidades sócio-culturais, facilidades essas que passam pela conscientização da população nativa.

## 2. O turismo – uma alternativa econômica para o Nordeste

### 2.1 Breves considerações sobre o contexto sócio-econômico do Nordeste

Neste item procurar-se-á analisar o crescimento da atividade turística no Nordeste e estabelecer uma correlação com o contexto sócio-econômico da região, bem como com as expectativas quanto à atividade e o que vem realmente ocorrendo.

A concepção do desenvolvimento envolveria mudanças estruturais na região Nordeste, ou seja, modificações nas relações sociais de produção.

A integração do Nordeste à economia brasileira tem obedecido à lógica da acumulação capitalista, apresentando duas características muito nítidas: uma, de subordinação à hegemonia do Centro-Sul do País, e outra, de prioritização da produção industrial, destruindo atividades produtivas tradicionais sem que surjam novas oportunidades de trabalho.

De conformidade com o documento da Sudene, Uma política de desenvolvimento para o Nordeste,<sup>6</sup> o quadro de pobreza social da região revela:

“a) fratura social com índices de pobreza de mais de 50% em comparação com as demais regiões do País;

b) fratura intra-regional, na qual o grau de concentração de renda se contrapõe em relação à maior parcela da população.”

No período 1960-80, o produto interno bruto (PIB) cresceu a uma taxa anual de 7,1%, alcançando um certo dinamismo. No entanto, no mesmo período, 76% da PEA da região estavam enquadrados na pobreza absoluta,<sup>7</sup> ficando evidente o grau de concentração de renda e a configuração de um capitalismo selvagem e excludente.

Análises existentes sobre a região admitem que para reverter o quadro sócio-econômico da mesma é preciso redefinir o tipo de desenvolvimento almejado, que deve ser, em princípio, criativo e “pensado” a partir dos recursos materiais e humanos locais, de modo que o Nordeste exerça um papel dinâmico na economia nacional e supere a condição de área subalterna no País.

<sup>5</sup> Trabalho apresentado ao I Seminário Nacional sobre o Lazer, por equipe do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, publicado na *Revista Planejamento*, da Seplantec, Salvador, v. 2, n. 5 e 6, set./dez. 1974, que propõe uma metodologia de planificação para o lazer urbano.

<sup>6</sup> Minter/Sudene. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste – proposta para discussão. Recife, 1985.

<sup>7</sup> Guimarães, Leonardo. O emprego no Nordeste: sugestões de políticas. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 13 (3), jul./set. 1982.

Dentro desta linha de raciocínio, o turismo se adequa à noção de “tecnologia apropriada”, que compreende uma ação dentro da estratégia preconizada pelo chamado “desenvolvimento alternativo” que, por sua vez, objetiva atender às necessidades básicas das populações de baixa renda e não apenas à acumulação. São atributos da “tecnologia apropriada” baixo investimento de capital por unidade produzida, organização simples, pequena ou média escala, adaptação e harmonia com o meio ambiente sócio-cultural, economia no uso dos recursos naturais, baixo custo do produto final e alto potencial gerador de empregos.<sup>8</sup>

Admite-se que se o turismo vier a se implantar no Nordeste de forma mais humanizada, a atividade – diferentemente de outras que se implantaram na região – poderá propiciar uma distribuição mais justa da renda.

## 2.2 Turismo: uma opção para o Nordeste

A opção por turismo na região Nordeste foi efeito da intervenção programada por parte do Estado no final da década de sessenta e início da de setenta. Essa determinação se respaldava na idéia de que, ocorrendo uma saturação na maioria dos tradicionais núcleos receptores de turismo, no âmbito internacional, surgia uma oportunidade para núcleos detentores de potencial turístico. Por sua vez, havia a convicção de que a opção por turismo deveria orientar-se para quatro objetivos fundamentais: redistribuição de renda, integração social, prestígio e complementação das exportações.<sup>9</sup>

Com área de aproximadamente 1,5 milhão de quilômetros, cerca de 18,2% do território nacional, a região possui 3,5 mil quilômetros de litoral exótico com praias ainda inexploradas, regularidade climática – a temperatura média é de 26 graus centígrados – marcos históricos da colonização portuguesa, africana, indígena e holandesa, além de uma cultura que prima pela autenticidade de suas principais manifestações.

Em 1967 o Banco do Nordeste do Brasil-BNB realizou estudos e uma campanha publicitária de incentivo ao turismo, além de dar início à assistência creditícia e financeira de apoio à hotelaria.

Os estudos realizados pelo Departamento de Estudos Econômicos (Etene) do BNB sobre o potencial da demanda turística para a região serviram para orientar as diretrizes dos programas regionais e estaduais de turismo, assim como influenciaram as primeiras decisões de investimentos de iniciativa privada, notadamente em hotelaria.

No início da década de 70 o BNB incluía no seu I Plano Quinquenal (1975-79) o Programa de Financiamento e Promoção do Turismo, abrangendo três subprogramas destinados ao setor: a) investigação do potencial turístico; b) financiamento a hotéis e outros; c) divulgação e fomento ao turismo.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) começou a atuar sistematicamente em turismo com a efetivação de uma pesquisa de opinião pública nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, principais núcleos emissores de turistas do país, o que possibilitou o estabelecimento de um diagnóstico que

<sup>8</sup> Rattner, Henrique. Uma tecnologia para combater a pobreza. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Rio de Janeiro, CNPq, 12 (2), abril/junho de 1981.

<sup>9</sup> Minter, Sudene. *Relatório final – Curso de Especialização em Desenvolvimento Turístico*. Recife, 1974.

serviria de base para a elaboração do I Plano de Desenvolvimento e Promoção do Turismo do Nordeste.

A partir de 1974, a Sudene principia a efetivação de cursos de especialização em técnicas de desenvolvimento turístico, formando, a partir daquele ano e nos subseqüentes, 75 técnicos pertencentes aos quadros de vários órgãos públicos ligados direta ou indiretamente ao setor.

A Sudene pretendia formar uma equipe regional cujos senso crítico e criatividade permitissem a determinação de prioridades a nível local e regional, a vinculação aos organismos regionais e a capacitação de docentes para futuros projetos de treinamento.

Já em 1969 surgia a proposta de um "programa de trabalho capaz de examinar em conjunto a problemática da ação turística na região". A 17 de fevereiro de 1970 essa preocupação concretizou-se com a criação da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste-CTI/NE, que, em 1977, seria institucionalizada como sociedade civil sem fins lucrativos.<sup>10</sup>

Tabela 1  
Renda gerada por turismo nas capitais do Nordeste

Capitais	Renda Gerada			Variações	
	1984 (A)	1985 (B)	1986 (C)	A/B	B/C
Aracaju	5.793.585	6.611.640	10.604.300	14,1	60,9
Fortaleza	20.954.220	21.486.270	25.938.710	2,5	20,7
João Pessoa	6.050.240	6.198.080	7.260.190	2,4	17,1
Maceió	12.111.330	12.354.650	17.992.135	2,0	45,6
Natal	7.557.935	8.916.740	13.349.140	18,0	49,7
Recife <sup>1</sup>	23.736.020	29.556.100	38.914.365	24,5	31,7
Salvador <sup>2</sup>	40.928.580	44.461.690	53.966.360	8,6	21,4
São Luiz	8.286.580	7.977.340	8.176.690	-3,7	2,5
Teresina	2.020.760	1.945.475	2.402.995	-3,7	23,5
Total	127.439.620	139.507.985	178.601.885	9,5	28,0

Fonte: Divisão de Turismo da Sudene - 1987.

<sup>1</sup> Incluído o Club Mediterranée de Itaparica - BA.

<sup>2</sup> A metodologia adotada consiste na multiplicação da quantidade de pernoites pelo gasto médio por dia estimado, considerando o gasto de US\$35,00.

Das primeiras ações referentes ao incentivo ao turismo, cerca de 18 anos se passaram e os dados disponíveis acusam um crescimento do setor. Na tabela 1 pode-se observar a representatividade do indicador *renda gerada*, que ilustra o crescimento da atividade. De acordo com os dados disponíveis, a receita gerada por turismo praticamente triplicou no período 1985 a 1986, em comparação com o período 1984 a 1985, sendo que as cidades de Aracaju, Natal, Maceió e Recife tiveram um maior incremento da renda no conjunto.

É importante frisar que o incremento da renda gerada por turismo e dos demais indicadores de turismo, quais sejam, fluxos aéreo e rodoviário, taxa de ocupação

<sup>10</sup> Bonald, Olímpio. *Planejamento e organização do turismo*. 2ª ed. Recife, Empetur, 1984.

da rede hoteleira, expansão dos investimentos, entre outros, são indicativos apenas do crescimento da atividade. Se bem que o turismo se venha consolidando como alternativa econômica, os dados recentes sobre a região Nordeste não são demonstrativos de melhoria nas condições de vida e de trabalho da população nordestina.

O fato de o setor terciário ter-se ampliado em algumas capitais do Nordeste não significa que as mesmas estejam ingressando numa economia de serviços típica de algumas cidades de capitalismo avançado. Possivelmente, tem-se acelerado o processo conhecido como “inchação do terciário, com o aparecimento, inclusive, de formas de inserção marginal na divisão social do trabalho. Aliás, o turismo tem ampliado as chamadas ocupações informais na região, que se apresentam como estratégias compensatórias de emprego-barraqueiros”, produtores e vendedores de artesanato, guias de turismo sem regularização e outras ocupações intermitentes.

Wanderley Guilherme dos Santos,<sup>11</sup> situando o “tempo” e o “uso do lazer” entre os demais indicadores relevantes para aferir o estado social da nação, a partir de um núcleo universalmente aceito, coloca em xeque o lazer no Brasil, afirmando que o mesmo está para muitos como uma questão privada.

A mercadização do lazer via turismo fica bastante fora do alcance em termos de disponibilidade financeira para a maior parcela da população nordestina distribuída, segundo a ordem de carência, para o autor citado, nos seguintes patamares: 25,5% percebem até 1/2 salário mínimo (SM) – os “miseráveis”, 29,8% estão na faixa de 1/2 a 1 SM – os “indigentes”; e 23,4% no limite da linha de pobreza, de mais de 1 a 2 SM.<sup>12</sup>

Sob o ângulo de encarar o turismo como o caminho para resgatar a população trabalhadora ou a marginalizada da situação de pobreza, se, de um lado, é inegável o potencial turístico da região, de outro lado as particularidades da economia nordestina apontam limitações de caráter estrutural que negam à nova atividade o papel de redentora. Supõe-se, inclusive, que somente através da ação do Estado – via planificação – é que o crescimento do turismo atingirá resultados mais favoráveis, com maior equidade na distribuição dos benefícios. A ausência da intervenção governamental e de conscientização da população e dos próprios empreendedores do setor já está gerando efeitos negativos: depredação do meio ambiente, concentração de renda a exclusão da maior parcela da população dos reais benefícios, aceleração do processo inflacionário, desestruturação de atividades tradicionais, descaracterização cultural, em muitas comunidades.

Todos esses questionamentos apontam a carência de pesquisas que analisem a contribuição que o turismo tem trazido para a economia nordestina, análises que verifiquem o papel do Estado como promotor do turismo ou, ainda, estudos que se voltem para as conseqüências psicológicas e sociológicas nas comunidades que optaram pelo turismo.

### 3. Conclusão

Dentro da estratégia de desenvolvimento alternativo, o turismo se adequa à noção de “tecnologia apropriada”, uma vez que utiliza recursos da própria região,

<sup>11</sup> Santos, Wanderley Guilherme dos. O estado social da Nação. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 29 (3), 1986.

<sup>12</sup> Id. *ibid.*

gera emprego e renda, exige, nos níveis operacionais, uma qualificação de pessoal que demanda menos investimento financeiro em comparação com outros setores da economia, além de funcionar como dinamizador de outras atividades.

Por sua vez, é inegável que o turismo tem crescido no Nordeste, principalmente nas suas capitais, bem como que o mesmo constitui uma alternativa econômica para uma região cuja agricultura tem sido prejudicada pelas condições climáticas, pela questão fundiária e por uma industrialização altamente excludente e subordinada à hegemonia do Centro-Sul. No entanto, o crescimento do turismo requer uma interferência por parte do Estado a fim de que os resultados de sua exploração sejam mais eqüitativos e menos danosos, não devendo acentuar o quadro de fratura social e nem se configurar como atividade predatória, em prejuízo da população nativa.

Conservação ecológica do meio ambiente, consideração do lazer como elemento dinâmico de desenvolvimento cultural a nível pessoal e coletivo, valorização do patrimônio histórico-cultural, conscientização da população quanto aos efeitos positivos e negativos que poderão advir do turismo e preocupação com a eqüidade são os princípios básicos que devem nortear as políticas que venham a ser formuladas para o turismo da região.

### *Summary*

This article is an analysis of the expansion of tourism in the Brazilian Northeastern region, disclosed by a series of indicators, followed by a comparison between this growth and the living conditions prevailing locally. The study brought about a revision of theoretical concepts on tourism, as well as of the way in which a programmed State intervention has encouraged these touristic activities. Although tourism is considered an "adequate technology" for the Northeast, the study stresses the necessity of an urgent action from the State, in order that the results of touristic initiatives be more equitably distributed and, at the same time, cause less damage to the region as a whole.

# **OS "COBRAS" DA ECONOMIA BRASILEIRA ESCREVEM NA REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA.**